

ENTRE O BRASIL COLONIAL, A DITADURA MILITAR E A ATUALIDADE: A DISTOPIA FICTÍCIA COMO PROPULSORA DE REFLEXÕES SOBRE AS IDEIAS AUTORITÁRIAS EMERGENTES EM *O RÉPTIL MELANCÓLICO*.

Romero Lopes da Silva

Graduando em Letras

Universidade Católica de Pernambuco

romero.2019130260@unicap.br

Resumo

Períodos e/ou acontecimentos da História Mundial tematizados por meio da literatura são importantes intermediadores de reflexão. Sendo a arte literária propulsora de novas leituras do que se oficializa na historiografia, a ficção encontra um importante espaço de interlocução por propor rupturas que suscitam debates atuais, mantendo um amplo diálogo com as várias áreas do conhecimento. O presente artigo analisa a obra *O réptil melancólico*, de Fábio Horácio-Castro, para compreender como o contexto atual se relaciona com o romance distópico na leitura da obra. O objetivo deste trabalho é, portanto, analisar como a distopia fictícia presente na obra supracitada, presenciada, sobretudo, por meio da ficcionalização anacrônica de momentos distintos do passado nacional, propõe reflexões que atravessam quem lê a obra. Sob a égide da correlação de tais pontos díspares, pela ótica cronológica, com uma atualidade que emerge na forma de um pensar autoritário. Tais formas de organização social, dilatadas temporalmente, são aproximadas enquanto regimes pautados pelo autoritarismo. Com esse propósito, analisaremos a relação entre passado(s) e presente combinados, na obra, à luz da Sociocrítica, na construção da ficção distópica e, também, dentro da noção de regimes de historicidade, de François Hartog.

PALAVRAS-CHAVE: Distopia; Autoritarismo; Regimes de Historicidade.

Introdução

A ficcionalização de fatos históricos, via arte literária, manifesta-se como uma das trocas mais frutíferas que marcam a percepção própria num dado ambiente . Há uma inegável relação de vereda dupla entre História e Literatura em que, ora o

historiografado ganha aspectos de literariedade – A Noiva da Revolução, Os Sertões etc –, ora o que é objeto de análise da História advém da criação literária – A Ilíada, A Odisseia etc –. Como bem salientado por Aristóteles, na Antiguidade Clássica, há um processo que recria a realidade e tem, dentro da autonomia da literatura como arte o seu esteio narrativo, seja na composição das personagens, seja na ambientação, seja nas tipificações das ações humanas etc – a mímesis –. Pois, segundo o filósofo estagirita, é tarefa do historiador narrar o que aconteceu, enquanto aos poetas caberia narrar o que poderia ter acontecido (1979).

Entender o espaço da distopia enquanto recurso narrativo é aguçador, ainda mais no século XXI, em que presenciamos obras encaixadas como distópicas, para as situações das suas escritas e circulações, como verdadeiros *realismos*, recebidas, hoje, como prenúncios sociais. Entende-se que pensar a narrativa distópica atrelada a observações do grupo societário é um ponto de partida para a criação que se dá nesse âmbito literário. Portanto, há um forte apego à Sociocrítica, como quem precaveu uma flama adiante, pois, segundo CÂNDIDO (2000, p.5), nenhum mecanismo é mais eficiente enquanto alerta do que o exagero de uma realidade, dando-lhe uma amplidão do que é observável e, caso não intercedida, sendo naturalizada ao ponto de não ser mais tão distante da conjuntura. A ficção distópica está sempre à frente da sua realidade social, mesmo que mantendo com ela uma correlação.

Este trabalho se debruçará sobre a ficcionalização de duas épocas distintas da cronologia brasileira, sendo uma delas, mais marcada por um período extensivo, que legou à sociedade nacional as bases de estruturação social, pensamento e língua: a colonização portuguesa. A outra, por sua vez, um período relativamente curto, pelo prisma temporal, e historicamente recente: A Ditadura Militar, perdurada entre os anos de 1964 a 1985.

A obra *O réptil melancólico*, de Fábio Horácio-Castro, ganhadora do Prêmio Sesc de Literatura na categoria romance, convida-nos a refletir, por meio da sua composição fictícia sobre tais etapas da historiografia brasileira. Entende-se, que se emerge da leitura da obra um amplo diálogo com as atualidades por apresentar temporalmente para o leitor instantes conjugados da historiografia brasileira. Tais eras são pautadas por regimentos absolutos, excluindo-se a ampla população residente no processo de representação política e social, que só a Democracia objetiva. O conceito de regimes de historicidade, trazidos por HARTOG (2013), na temporalização do tempo, de maneira a demarcar certas características que peculiarizam determinado período e/ou

fato histórico, ajuda este trabalho a compreender as questões do atualismo histórico, conceituação trazida por pesquisadores brasileiros.

Mais adiante, traremos reflexões sobre os conceitos de alegoria, dentro da tradição greco-latina, com base em GOMES, (2014), pois entende-se que a há uma sugestão alusiva com base no metamorfoseamento dos eventos historiográficos aos quais o enredo serve como pano de fundo temporal. O autoritarismo, suporte de imposição no qual se estruturou tanto a colonização portuguesa como a Ditadura Militar, serão trazidos num inter-relacionamento com perspectivas que o atrelam a manutenção de tais regimes. Para tal, caracterizações do Estado Autoritário, ainda que o período colonial não configure nenhuma porção do território nacional como um estado, nos moldes federativos, como o próprio nome "colonial" revela, serão trazidos com base em SILVA (2001).

Propor-se-á, com as discussões aqui tecidas, particularmente na distopia temporal apresentada na obra, amparadas pelas concepções de alegoria e autoritarismo, trazer reflexões que tangenciam toda a construção na narrativa e que são, também, olhares contemporâneos para a problemática nacional contemporânea e como atrelou-se a esse discurso pátrio o ideal autoritário.

A distopia e a Sociocrítica na obra em análise

Distopia, palavra etimologicamente formada pelo prefixo latino *-dis*, que possui a ideia de negação, separação, diminuição etc, e por *-topia*, elemento de formação grega advindo da palavra *-tópos*, que exprime a ideia de lugar. Tal palavra possui seu significado, de acordo com o dicionário *online Michaelis*, como um termo que, a priori, é advindo da área médica, que descreve a posição anormal de um órgão, algo anômalo. Dessarte, já se entende que a ficção distópica possui sua esfera narrativa com base nos arranjos que normatizam sua vertente, "um deslugar, um lugar e sua negação, um lugar cindido ou ainda um lugar em deslocamento" (BENTIVOGLIO, 2019, p. 21). É no início do século XX, contudo, que vai sendo arraigada uma nova acepção à palavra, como uma ramificação da literatura que propõe a ficcionalização das realidades que, à época de suas escritas, apresentam um fragmento existente, sendo potencializado mimeticamente.

As relações entre literatura e sociedade, entrevendo-se o atravessamento histórico, são o prisma criativo em narrativas que apresentam essa espécie de fratura social. Dado que as concepções sobre o lugar da narrativa distópica na literatura já foram delineadas, podemos afirmar que a sensibilidade pessimista, ceticista e até uma certa incredulidade, predominam como impressões para o leitor-ouvinte dessas narrativas que possuem uma ambientação em realidades ou determinados contextos circulantes. A ideia de lugar ruim permeia esse tipo de prosa que pode soar como uma antiutopia, embora seja sempre um terreno resvalo colocá-las como totalmente contrárias. O lugar é, portanto, um dos constituintes de ambientação da obra que sugere alusões com tal condição. Na obra *O réptil melancólico*, há uma fragmentação de lugares onde se desenrolam a narrativa: A Província do Grão-Pará, Portugal e a França. A Província do Grão-Pará surge, como uma particularização do território brasileiro, enquanto que Portugal, como pátria transmissora de boa parte dos valores que imperam culturalmente na sua então ex-colônia. A França, país símbolo e berço da Revolução Francesa (1789), revolução esta que inspirou todas as subsequentes na Idade Contemporânea, é tida como a pátria acolhedora dos exilados.

O romance se desenrola como uma narrativa que se apropria da historiografia nacional para tecer suas particularidades. Na criação, a Província do Grão-Pará, ao contrário do restante do território brasileiro, só deixa de ter o *status* de colônia na década de 1970, instante no qual é incorporada ao Regime Militar já presente no Brasil, após a negociação com Portugal que, como é de conhecimento historiográfico, naquele período, passava pela Ditadura Salazarista. Embora haja, na criação distópica, o atrelamento nocional pendente ao espaço físico, a análise aqui proposta se centrará na constituição progressiva da obra na maneira particularizada como aglutina atos díspares de maneira calendarizada. O lugar de ambientação da obra que se desenrola em território brasileiro – a Província do Grão-Pará, enquanto condição colonial, e o Estado do Pará, enquanto ente federativo de uma República, mesmo que sob o arbítrio ditatorial –, pode ser, de sobremaneira, entendido como uma proposta de fratura da narrativa. Há uma pretensa quebra com o todo, como uma verdadeira fragmentação territorial, assim como fragmenta o tempo e o condensa, ao mesmo tempo. Ainda assim, é possível inferir que a ambientação de lugar na narrativa que dialoga com o Brasil se encorpa numa relação metonímica, em que podemos, sem prejuízos interpretativos, entender a parte como o todo.

A Sociocrítica concebe à literatura de viés distópico um papel social. Há, em cada contexto de produção das obras, pensamentos circulantes que se intensificam e que são tentames e/ou preâmbulos para experiências socias que já foram legitimadas como moldes de organização sócio-política. A literatura desse nicho, portanto, incumbe-se de ser uma amplificadora e combatente dos malefícios aos quais se assemelham às ideias que emergem, até as que parecem surgir de forma despretensiosa, num verdadeiro tom anedótico. O escritor, inserido numa tradição sociocultural da qual é congregador, não permanece alheio ao vasto universo discursivo que o circunda e pode perceber, nessas demonstrações, ecos que se inflamam.

> Neste sentido, o campo literário, o gênero da distopia em particular, emerge como dispositivo de análise radical da sociedade, cujo objetivo é analisar os efeitos de barbárie que se manifestam em determinado tecido social. [...] Deste modo, para a teoria crítica, onde a intenção primordial é fornecer um diagnóstico do presente capaz de identificar as forças que compõem a atualidade e bloqueiam a emancipação e a liberdade, a obra literária é capaz de produzir efeitos de análise acerca das mutações sociais e suas incidências sobre o campo da subjetividade, da política e da ética (HILÁRIO, 2013, p. 201-202).

São nas expressões sociais circulantes, sobretudo, que a narrativas que apresentam lugares "incomuns", seja na volta de passados, seja numa visão de ocorrência futura, ou no constante diálogo entre passado, presente e futuro, irá emergir como alvitradora. Segundo a seguinte definição: discurso social é "tudo o que se diz e se escreve em um estado de sociedade; tudo o que se imprime, tudo o que se fala publicamente ou se representa hoje na mídia eletrônica" (ANGENOT, 1992, p. 22). A narrativa em enfoque nos fornece elementos, com base na sua tergiversação dos fatos históricos, para pensar criticamente a atualidade, isso só é possível, entretanto, pelo fato da haver uma escrita e ledores inseridos espacial e temporalmente num contexto de circulação ideológica. Ecoam-se, através dos discursos socias, manifestações que podem ser problematizadas como verdadeiros agravos à organização gregária na qual se pautam os princípios prezados enquanto mecanismos de reparação histórica em nosso país. País este que viveu grande parte da sua História em regimes em que foram negados à população abrangente, sobretudo os que não tiveram mecanismos e acesso aos bens simbólicos de poder e ascensão social, os meios pelos quais são possíveis reivindicar suas vozes: a via democrática, o voto direto e todas as formas de decisão na participação administrativa do território.

A crítica social e sua aproximação com o mundo do texto literário recebe, nomeadamente, o batismo de Sociocrítica por ZIMA (1985). De maneira resumida, é possível conceber esse pensamento como o não alheamento do escritor frente às

questões que o circunda. Em outras palavras, o mundo exterior integra-se ao cenário criado no texto para revelar uma certa consciência da realidade e, ao mesmo tempo, provocar o que se lhe apresenta como experiência de determinado instante, "representar o texto literário como estrutura social" (ZIMA, 1981, p. 237).

Em conformidade com ADORNO (2003), a referência ao social deve se constituir como um movimento de adentramento na obra de arte, assumindo uma posição em que a arte tem um papel de catalisar as percepções de cada contexto. Como bem evidenciado, "o externo importa, não como causa, nem como significado, mas como elemento que desempenha um certo papel na constituição da estrutura, tornando-se, portanto, interno (CÂNDIDO, 2000, p. 06). Percebemos que a distopia é um espaço literário que, além de mimetizar uma realidade – algo inerente à literatura –, propõe a comutação de modo a distanciar-se cada vez mais dela, porém no intuito de lhe pôr lentes aumentativas, um real com aparência de irreal, pelo teor de afastamento com as convencionalidades. A temporalidade condensada e fragmentada aos fatos históricos que se apresentam como características dos períodos históricos presentes na obra em análise, provoca essa dissonância, que tem sua lacuna preenchida com base na interseção entre o mundo do texto e o mundo do ledor, ambos inseridos num contexto de produção e de leitura.

A colonização portuguesa e a ditadura militar: aproximações

Como já entrevisto, os eventos temporais que servem de pano de fundo para o desenrolar narrativo em *O réptil melancólico* são dois cenários em que, na cronologia historiográfica brasileira, há uma dilatação temporal que os separa. Os sucedidos por meio da linearidade temporal são recursos que se correlacionam, dentro da percepção social e construtiva da História oficializada, modos de viabilizar tais ocorrências dentro de uma memória sociocultural. A isso, HARTOG (2003) irá considerar como tão vitais para a compreensão do ocorrido dentro de uma calendarização, que se torna impossível pensar a sucessão do mesmo sem que haja um esteio na separação de determinado tempo histórico com o fato nomeado. "As relações que uma sociedade estabelece com o tempo parecem ser, de fato, pouco discutíveis ou quase nada negociáveis" (HARTOG, 2003, p. 17).

> Na palavra *ordem*, compreende-se imediatamente a sucessão e o comando: os tempos, no plural, *querem* ou não *querem*; eles se vingam também, *reestabelecem* uma ordem que foi perturbada, fazem *às vezes de justiça*.

> *Ordem do tempo*, vem assim de imediato esclarecer uma expressão talvez de início um tanto enigmática, regimes de historicidade (HARTOG, 2013, p. 17).

Percebe-se que há, na noção de regimes de historicidade, o que o próprio HARTOG (2003) definirá como a temporalização do tempo. Em outras palavras, há conjuntos de características que faz como que identifiquemos fatos numa certa permanência de tempo, que a historiografia se assume passadora, evidenciando a melhor maneira de interpretar os ocorridos, de modo condizente com os juízos que nos são contemporâneos.

> Explicar o "mundo ao mundo", responder as questões do homem de hoje, tal é, a tarefa do historiador que enfrenta o vento. Não se trata de fazer do passado tábula rasa, mas de "compreender bem em que ele se diferencia do presente, em que ele é passado. Conteúdo, tom, ritmo, tudo nas poucas páginas desse manifesto sugere ao leitor que o tempo urge e que o presente manda (HARTOG, 2013, p. 21).

Aqui, acrescento às palavras de HARTOG (2003), dentro do que objetiva este trabalho, um ponto de vista de regimes de historicidade que, além do entendimento do que diferencia passado e presente, o que também viria a assemelhar essa experienciação do tempo. Por ter em sua composição fictícia a colonização portuguesa e apresentar, de maneira subsequente, uma outra espécie de domínio, revela-se, em *O réptil melancólico*, o sugestionamento aproximativo de características comungadas entre as duas formas de estrutura sócio-política.

As configurações históricas são postas em evidência pela presença de passados opressores de maneira historiografada. O distópico, nesse caso, apropria-se de longiquidades acontecidas numa relação de certas aproximações com o presente. Porém, ao contrário de uma organização social e política pautada pelo aparato burocrático, legislações e contextos particularizados de ocorrência, – como a pendência da igualdade consoante um preceito humano a ser protegido – os acercamentos com o hodierno se dão enquanto amplificações dos ideários opressivos. Há similitudes que faz com que reconheçamos ou neguemos como homogêneas e unificadoras do tempo em um determinado estágio, "uma maneira de engrenar o passado, presente e futuro ou de compor um misto das três categorias" (HARTOG, 2013, p. 11), ou seja, assimilar como um dado reconhecimento inolvidável transpassa uma certa dilação.

> Em Crer em História (2017), através do instrumento dos regimes de historicidade, Hartog faz o diagnóstico de formas de expressão literárias da experiência do tempo que conseguiram capturar e encenar a simultaneidade do não simultâneo de forma mais eficiente que a própria historiografia. Para ele, os historiadores estariam constantemente "atrasados" nesse quesito em relação aos romancistas, mais aptos a representar os "(...) tempos

> desarmônicos que se friccionam e se entrechocam, às vezes tragicamente [...] (DORNELLES; BONALDO, 2022, p. 26 apud HARTOG, 2017, p. 130).

A atualização do tempo histórico passa por uma reformulação baseada na experiência contemporânea, segundo PEREIRA e ARAÚJO (2018). Com essas percepções acerca da perspectiva atualista, pretende-se enfocar, sobretudo, na questão do presente em sua relação com os regimes de historicidade, algo não discorrido totalmente na perspectiva hartogiana. Para os pesquisadores brasileiros, as teorias presentistas não observam as "diferentes formas do presente", em particular ao "fato de que qualquer presente conterá em si formas específicas de passado e futuro" (PEREIRA; ARAUJO, 2018, p. 203). Na perspectiva atualista, a temporalidade compreensiva é ligada ao que os estudiosos do conceito aqui mencionados chamam de "autêntico-próprio, ligada ao futuro, ao passo em que presente e passado ligam-se numa relação de involução, nomeada de "inautêntico-impróprio". Dito de outra forma, a temporalidade do reconhecimento se acopla ao passado num transverso de símbolos de compleições exteriorizadas hodiernamente, o reconhecimento desse passadismo é compreendido como o elo que entrevê o porvir. "O que chamamos de atualismo, é o crescimento vertiginoso de certa acepção da possibilidade humana de se relacionar com o tempo histórico como atualização repetidora" (PEREIRA; ARAUJO 2020, p. 126).

"Se o passado se relaciona à disposição e à maneira como organizamos nossa experiência, o futuro, em seu modo autêntico, se abre à compreensão e à antecipação" (DORNELLES; BONALDO, 2022, p. 30). Correlaciona-se o citado anteriormente com o tópico em que tratamos da maneira como o distópico se antecipa ao presente com as marcas do que lhe é anterior, mas sem desconsiderar um dado presente.

A atualidade alegorizada na obra

A concepção de alegoria, dentro da tradição greco-latina, liga-se diretamente aos efeitos pretendidos de elaboração, produção e efeitos do discurso, segundo GOMES (2014). "Seguindo esse conceito de figuras, a alegoria metamorfoseia linguagem e conteúdo de um discurso por dizer uma coisa e pretender que se entenda outra" (GOMES, 2014, p. 16). A alegorização interpretativa, trazida por GOMES (2014) com base em HANSEN (2006), segundo a qual trata-se de uma "semântica de realidades supostamente reveladas por coisas, homens e acontecimentos nomeados por palavras" (HANSEN, 2066, P. 16), são centradas, sobretudo, nas compreensões dos legentes. Com

base nisso, a alegorização interpretativa é, segundo HANSEN (2006), herança do discurso católico-cristão, por ventilar as circunstâncias historiais com modelos que, dentro da narrativa, são símbolos do que se pretende relatar. “Os padres

fizeram a distinção de sentido literal, expresso por ‘letras’ de palavras humanas como sentido literal próprio e sentido literal figurado, e sentido espiritual, revelado por coisas, homens e acontecimentos” (HANSEN, 2006, p. 12).

Na perspectiva de JAMESON (1986), segundo GOMES (2014), evidencia-se, na literatura pós-colonial dos países colonizados, embora não tenhamos aqui a pretensão de adentrar pormenorizadamente nas questões acerca do pós-colonial, o que é identificada como a busca de uma produção que venha a caracterizar tal nacionalidade construída, buscando a diferenciação da matriz metropolitana.

> Esse conceito pode ser aplicado a várias obras literárias produzidas em países latino-americanos, os quais, além de apresentarem uma perspectiva que os contrapõe ao colonizador como seu “outro”, passaram por um processo político conturbado, como uma ditadura, a exemplo do Brasil, do Chile (1973-1990), da Argentina (1930-1983), onde esse processo se deu de maneira mais contundente (GOMES, 2014, p. 16).

A visão de JAMESON (1986), porém, desconsidera a heterogeneidade formativa dessas construções identitárias nacionais pós-coloniais, agrupando-as em um bloco uniforme, assim como o seguinte parecer: “Ademais, esses países ainda podem ser agrupados a partir de outros critérios, como sua história colonial e a mestiçagem na formação de seu povo” (GOMES, 2014, p. 26). De maneira sintética, contudo, é possível identificar traços que marcam os países colonizados, com os debates suscitados no século XXI, com as pisaduras da herança colonial e seus desdobramentos, sendo o principal os lampejos arbitrários desse processo de forma verborrágica.

Sobre as fraseologias que retomam um certo modelo ideal de sociedade pautada no autoritarismo, surge, no Brasil, antes das eleições de 2018, o discurso bolsonarista, no qual pretende usar o meio democrático de ascensão ao poder para deslegitimá-lo. Circularam, como verdadeiras ferves, no período que antecedeu o processo eleitoral daquele ano, conjunções distintas do então presidenciável em que sugeria a extinção de símbolos do funcionamento democrático, como o Congresso Nacional e o Senado. Algo muito além, como defender o fuzilamento de opositores políticos, como o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, por divergências políticas da fase, algo que deveria ser debatido no espectro político e dentro dos limites que não desrespeitassem os Direitos Humanos. “(Sugeri) Fuzilamento (de Fernando Henrique Cardoso, risos). É uma barbaridade privatizar a Vale do Rio Doce, como ele fez, privatizar as nossas

telecomunicações, entregar as nossas reservas petrolíferas para o Mercado externo" (BOLSONARO, 1999). A palavra "barbárie" é usada, nesse caso, contra um oponente ideológico com relação ao espectro econômico do país naquela condição ao sugerir o assassinato do mesmo, ou seja, de maneira consciente há um aparelhamento ideológico com uma das formas de manutenção do Estado Autoritário: a violência.

Como a narrativa de *O réptil melancólico* se desenvolve de maneira predominante na situação ditatorial brasileira, buscou-se atrelar esse período histórico da narrativa, seu contexto de produção (2021) e o seu processo de alegoria da atualidade, por meio da distopia, proposta na obra. Identifica-se que é sobretudo na voz personagem mãe do personagem Felipe que se evidencia o descontentamento e o pessimismo advindo de uma manutenção de uma forma de controle autocrático (colonização) para um domínio de características congêneres (ditadura). Na condição de refúgio da sua pátria, brada a voz da personagem: "Enquanto eu crescia, em cidades que não eram minhas, algumas pessoas tentavam reavivar em mim a ilusão, e mesmo as memórias, do meu país secreto" (HORÁCIO-CASTRO, 2021, P. 13).

O Estado Autoritário se faz presente na narrativa como o que provoca, intensivamente, a sensação de um cenário devastador para quem lê a obra. É indissociável, dentro de tudo que foi já supracitado, que há uma alegorização interpretativa da narrativa no sentido de chamar a atenção para os ecos evidenciados na atualidade pelo aparato dito do saudosismo ditatorial. A escrita do romance num período em que ecoou-se, até com certa naturalidade, esses discursos, numa relação identificadora de apoiadores com uma figura política é, de fato, o lugar em que a ficção distópica pode anunciar-se como um sobreaviso, como já explanado.

Com base em SILVA (2001), é possível notar que está no cerne do Estado Autoritário a imanência da população, sobretudo segmentos da sociedade Civil historicamente excluídos ou com voz ínfima frente a um sistema com vistas à conservação dos privilégios daqueles abastados. Com isso, no Estado Autoritário há mecanismos que restringem a informação para que um único viés ideológico se torne o espelho capaz de delinear os comportamentos de uma população. Segundo o autor, "A restauração e a reprodução da 'disciplina social' são a razão de ser do Estado autoritário" (SILVA, 2001, p. 8).

> Buscando levar a sociedade a uma obediência passiva e a uma despolitização, o Estado Autoritário tem como uma das principais metas a subordinação dos poderes Judiciário e Legislativo ao poder Executivo, posicionamento que

> autoriza a repressão a toda e qualquer oposição política e ideológica ao governo em vigência (GOMES, 2014, p. 43).

Como explanado até aqui, é via discurso social elevado à condição de naturalidade que se dá amplificação às convicções antidemocráticas. O que se evidencia em *O réptil melancólico*, enquanto aclimatação narrativa, é uma continuidade de sistemas político-administrativos em que não há a representação dos anseios populares e suas consequentes participações nas decisões que regem suas vivências em determinado território. Tal marca do arbítrio provoca, em uma personagem em específico (a mão do personagem Felipe) o exílio da sua terra natal e a visão distópica que permeia a narrativa.

O arbitrário emergeu-se, nos últimos anos, nas esferas político-sociais brasileira, de tal maneira que é possível aproximá-lo aos eventos historiográficos ficcionalizados na dissecção aqui proposta. Há uma consciência histórica, da qual quem escreve e quem lê julgam, de acordo com suas interpretações, que são também pontos de vistas, manifestada mediante linguagem. Se há um aspecto em comum que traça o Período da Colonização Portuguesa e a Ditadura Militar, de maneira sintética, é a não participação total do contingente nacional, tão diversificado em suas convicções e/ou a negação de direitos advindos das garantias constitucionais: direitos igualitários, políticas reparadoras, reconhecimento das diversidades etc.

A danosidade advinda de falas que descompassam todo o processo de luta dos valores de brasilidade como o reconhecimento das diferenças do povo, ceifou-se com os ideais bolsonaristas, representados por expressões orais e até incentivo do Chefe do Executivo, a nível Federal, a atos que ferem à Constituição de 1988. “Para onde nós iremos cedendo às minorias? As leis existem, no meu entender, para proteger as maiorias, as minorias tem que se adequar” (BOLSONARO, 2022). Há, por meio da fala elencada, um pensamento símile que marcou doutrinariamente e que predomina no cerne oprimente, um Brasil pautado pela incorreção das suas injustiças históricas. Iniquidades essas que estão na basilaridade formativa estrutural do país, representadas pela violência ontológica colonial e que são retomadas, em partes, em pleno século XX, pela ditatura Militar. A seguinte fala: “Cale a boca, deixa eu falar e desligue essa droga” (NEWTON CRUZ, 1983), dirigida ao jornalista Honório Dantas, quando o mesmo o questiona sobre a falta da Democracia, aproxima-se, ostensivamente, do exemplo de expressão do atual presidente dirigida à imprensa. Nota-se que existe, um tom imperioso, onde os termos de ordem se evidenciam como comandos a serem seguidos.

Considerações Finais

Sobre os encadeamentos teóricos relacionando-os com a obra, centrou-se, sobretudo em como a anomalia cronológica da História Brasileira, ficcionalizada numa ligação muito próxima com a urgência de se abordar que todo o espelho da sociedade na qual a própria se constrói, acontece, embrionariamente, na forma de circulação de ideias e a naturalização delas.

Espera-se, com isso, trazer percepções de como a arte literária lida com o hodierno político brasileiro e o marca, pelo caminho da transmutação, percepções sobre tal era. Período este em que o ideal autoritário outorgou os ditos "valores pátrios", como quem projeta uma única álea para ser brasileiro e de ser digno de ser considerado como tal, emparelhando-se ideologicamente aos valores de grupos reduzidos da sociedade. Sendo assim, pautados na redução do papel social feminino ao de esposa, na desvalorização de grupos étnico-raciais fundamentais na formação cultural brasileira, na inacessibilidade a dependentes de ações afirmativas para o acesso aos bens simbólico de poder (Lei de Cotas etc) , na violência verbal, na qual transparece o desejo de transpô-la para a física etc.

Dessa forma, entende-se que no livro não há propriamente uma alegorização dos chamados "períodos históricos", pela ótica da História Tradicional, e sim uma alegorização da atualidade à maneira distópica. Nessa alegorização do autoritarismo emergente num contexto que nos é contemporâneo, as visões de aumento encontram na História o que pode servir de reflexo para o que podemos/poderíamos nos tornar enquanto sociedade. Numa relação de "atualismos", na qual precisamos entender os processos de partida e as possíveis chegadas. Tal inferência só é possível com o suporte da leitura tanto de uma obra, como de uma atualidade, pois como bem conclui RICOER (1994), que revalida o conceito de mimese e a subdivide em três momentos conjugados ligados à temporalidade, "significa que é bem no ouvinte ou no leitor que se conclui o percurso da mimese [...]. Generalizando para além de Aristóteles, diria que a mimese III marca a intersecção entre o mundo do texto e o mundo do ouvinte ou leitor" (RICOEUR, 1994, p. 110). Tal conceito vem a complementar a questão da alegoria interpretativa, bem como evidenciar as distopias como certas projeções, nas quais quem lê delineia suas emoções no que gostaria que ali estivesse aludido, de tal maneira a sentir-se contemplado com esse emaranhado de insinuações que se forma à sua frente.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **Poética**. Tradução de Vinzenzo Cocco. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

BENTIVOGLIO, Julio. **História & Distopia**: a imaginação histórica no alvorecer do século 21. Vitória: Editora Milfontes, 2019.

CAMAZANO, Priscila. **De "a culpa é da imprensa" a "bando de comunistas", veja frases que aproximam generais da ditadura e Bolsonaro**. Folha de São Paulo, 2020. Disponível em: < https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/06/de-a-culpa-e-da-imprensa-a-bando-de-comunistas-veja-frases-que-aproximam-generais-da-ditadura-e-bolsonaro.shtml >. Acesso em 05 dez. 2022.

CÂNDIDO, Antônio**. Literatura e sociedade**. São Paulo: Publifolha, 2000.

GOMES, Robson Teles. **Alegorias do estado autoritário em o Pagador de promessas e em o Santo Inquérito**. 2014. 185 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

HANSEN, João Adolfo. **Alegoria**: construção e interpretação da metáfora. São Paulo: UNICAMP, 2006.

HARTOG, F. **Regimes de historicidade**: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

HORÁCIO-CASTRO, Fábio. **O réptil melancólico**. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2021.

JAMESON, Fredric. **Thirdworld literature in the era of multinational capitalism**. Social Text, n. 15. Durham: Duke University Press, 1986.

OLIVEIRA, Clarissa. **A frase em que Bolsonaro sugeriu fuzilar FHC por privatizar estatais**. Veja, 2021. Disponível em: < https://veja.abril.com.br/coluna/clarissa-oliveira/a-frase-em-que-bolsonaro-sugeriu-fuzilar-fhc-por-privatizar-estatais/ >. Acesso em 06. dez. 2022.

SANTOS DORNELLES, D.; BRAGIO BONALDO, R. **História e distopia**: três abordagens teóricas (presentismo, atualismo e um futuro sem precedentes). **Revista Aedos**, *[S. l.]*, v. 13, n. 30, p. 21–41, 2022. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/105283. Acesso em: 2 dez. 2022.

SOARES, Ingrid. **Bolsonaro diz que não pode "ceder às minorias":** precisam "se adequar". Correio Brasiliense, 2022. Disponível em : < https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2022/07/5022550-bolsonaro-diz-que-nao-pode-ceder-as-minorias-precisam-se-adequar.html>. Acesso em: 02 dez. 2022.

PEREIRA, Mateus; ARAUJO, Valdei. **Atualismo 1.0**: como a ideia de atualização mudou o século XXI. Mariana, MG: Editora SBTHH, 2018.

PEREIRA, Mateus; ARAUJO, Valdei. **Vozes sobre Bolsonaro: esquerda e direita em tempo atualista**. In: KLEM, Bruna Stutz; PEREIRA, Mateus; ARAUJO, Valdei. Do fake ao fato: (des) atualizando Bolsonaro. Vitória: Editora Milfontes, p. 125-150, 2020.

RICOEUR. Paul, **Tempo e Narrativa** (tomo 1). Campinas: Papirus, 1994.

SILVA, Ricardo. **A Ideologia do Estado autoritário no Brasil**. CADERNOS DE PESQUISA, nº. 26, abril 2001.

ZIMA, Pierre. **Literatura e sociedade**: para uma sociologia da escrita. In: VARGA, Kibédi A. *Teoria da Literatura*. Lisboa: Editorial Presença, 1981.

ZIMA, Pierre. **Manuel de Sociocritique**. Paris: Picard, 1985.